



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

PROCESSO Nº 00600-00004717/2021-95-e

ÓRGÃO DE

ORIGEM: Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação nº 5/2021 – G1P/DA (peça 1), de 14-mai. 2021, formulada pelo d. Ministério Público que atua junto a este Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (oriunda de denúncia recebida pelo MPJTCDF retro), sobre possíveis irregularidades na eleição de representante dos empregados no Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF, em razão de suposto descumprimento da Lei federal nº 13.303/16 – Lei das Estatais e de respectiva legislação correlata.

Decisão EXT nº 2263/21 (peça 7), proferida na SE nº 97, de 16.06.21: pelo conhecimento da representação (e-DOC 60D1FE39-e – peça 1), ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do Regimento Interno deste Tribunal, e pela concessão prazo de prazo à **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF** para que, nos termos do art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresente os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor da representação **sub examine**.

Ofício nº 379/2021 – TCB/PRES (peça 11), de 22.06.21, e seus respectivos anexos (peças 12-14): esclarecimentos.

Ação Civil Coletiva nº 0000422-09.2021.5.10.0010 e Mandado de Segurança nº 0000411-10-2021.5.10.000, ambos propostos pelo Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal – SINDSER, perante a 10ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, em face da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF e do empregado comissionado envolvido, Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity: decisões liminares desfavoráveis ao SINDSER.

Representação. Perda de objeto. Superveniência de decisões judiciais – jurisdição una. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos do exame da Representação nº 5/2021 – G1P/DA (peça 1), de 14-mai. 2021, formulada pelo Ministério Público que atua junto a este Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (oriunda de denúncia recebida pelo d. MPJTCDF retro), sobre possíveis irregularidades na eleição de representante dos empregados no Conselho de Administração da **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF**, em razão de suposto descumprimento Lei federal nº 13.303/16 – Lei das Estatais e de sua respectiva legislação correlata.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

2. Assim, por uma maior clareza e fidelidade processual, cumpre transcrever o inteiro teor da sobredita **Decisão EXT nº 2263/21** (peça 7), prolatada na SE nº 97, de 16.06.21, última e única exarada nos autos **sub examine**, vazada nos termos abaixo reproduzidos, **verbis**:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da representação (e-DOC 60D1FE39-e), ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do Regimento Interno - TCDF; II – dar ciência desta decisão ao representante do Parquet, signatário da exordial; III – conceder prazo de 15 (quinze) dias à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB para, nos termos do art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresentar os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor da representação; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da representação à TCB, para subsidiar o atendimento do previsto no item III precedente; b) o retorno dos autos à Sefipec/TCDF, para os devidos fins." (grifos no original e acrescidos)

3. Em atendimento à decisão suso transcrita, a **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF** carrou aos autos o **Ofício nº 379/2021 – TCB/PRES** (peça 11), de 22.06.21, e seus respectivos anexos (peças 12-14), com a manifestação daquela empresa pública distrital retro.

I. REPRESENTAÇÃO nº 5/2021 – G1P/DA (PEÇA 1)

4. A **Representação nº 5/2021 – G1P/DA** (peça 1), de 14-mai. 2021, formulada pelo d. Ministério Público que atua junto a este Tribunal de Contas do Distrito Federal (oriunda de denúncia recebida pelo MPJTCDF retro), versa sobre possíveis irregularidades na eleição do empregado público comissionado, **Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity¹**, como representante dos empregados no Conselho de Administração da **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF**, em razão de, como alhures mencionado, suposto descumprimento Lei federal nº 13.303/16 – Lei das Estatais e de sua respectiva legislação correlata.

5. Como mencionado no precedente parágrafo, cabe repisar que o ilustre representante do **Parquet** especializado alega que tomou conhecimento de denúncia dando conta de que 3 (três) empregados se candidataram para representante dos funcionários no Conselho de Administração da **TCB-DF**, sendo que 1 (um) deles seria ocupante de emprego/cargo de confiança², nomeado pelo diretor-presidente daquela empresa pública.

6. Em sua peça representativa (peça 1), o d. MPJTCDF ressalta que, apesar de a referida candidatura ter sofrido pedido de impugnação, em razão de não cumprir os requisitos legais previstos no Regulamento Eleitoral da **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF**, o fato é que a comissão eleitoral responsável, composta por 5 (cinco) membros, decidiu pela continuidade do empregado comissionado no pleito, tendo por base resultado de votação daquele colegiado com 4 (quatro) votos contrários à impugnação do nominado candidato e 1 (um) favorável.

7. Alega, ainda, o MPJTCDF, que o art. 8º do retromencionado regulamento prevê a condição dos eleitores, que o art. 9º estabelece os requisitos de elegibilidade para que os empregados da TCB possam se candidatar como representante no Conselho de Administração e que o art. 10 prevê os impedimentos para candidatura, dentre os quais destaca-se o inciso X, que prevê impedido aquele que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da TCB (ou com a própria **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF**), dispositivo esse reproduzido na Lei federal nº 13.303/16 – Lei das Estatais (e sua legislação correlata).

8. Entende, assim, o órgão ministerial, que o empregado público comissionado, **Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity**, não detém a condição de empregado público ativo da TCB,

¹ In casu, emprego público comissionado de assessor técnico.

² Precisamente, o empregado citado no precedente parágrafo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

uma vez que não investido legalmente em decorrência de aprovação em exigido concurso público de provas ou provas e títulos, porquanto este fora nomeado para emprego/cargo em comissão pelo diretor-presidente da multicitada estatal, situação que pode representar flagrante conflito de interesses, fazendo com que o nominado candidato não apresente os requisitos para ser elegível como representante dos empregados daquela empresa pública distrital no seu Conselho de Administração.

9. Nesse passo, o MPjTCDF ressalva, também, que, **in casu**, “os cargos ou empregos em comissão no âmbito da **TCB** são de livre nomeação e exoneração do diretor-presidente da empresa”, e que, assim sendo, a nomeação “para ocupar o cargo de assessor técnico da **TCB** pelo dirigente máximo daquela estatal indica, no mínimo, que o nomeado é pessoa de inteira confiança do **Sr. Chancerley de Melo Santana**”, sendo este último o atual diretor-presidente da aludida empresa pública.

10. Ademais, aos olhos do **Parquet** especializado, o pleno exercício das atribuições destinadas aos membros do Conselho de Administração da **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF** pode ser comprometido ao se eleger para aquele colegiado um empregado nomeado para ocupar cargo em comissão mediante ato do diretor-presidente, sendo este, exatamente, o agente cuja gestão deveria ser fiscalizada, gerando, no entendimento ministerial, conflito de interesses incompatível com o processo que se deseja obter com a eleição.

11. Para além disso, outro relevante ponto destacado pelo Ministério Público que atua junto a este Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF é o fato de se conferir estabilidade aos candidatos eleitos, não se mostrando razoável a possibilidade de candidatos que não integrem o quadro permanente da **TCB** possam concorrer, na eleição, como representante dos empregados da empresa no Conselho de Administração³.

12. E, por fim, o ilustre representante do órgão ministerial requer: (i) que se abra prazo para que a **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF** apresente esclarecimentos sobre os pontos questionados na peça representativa exordial (peça 1), precipuamente quanto à impossibilidade de empregado nomeado para o exercício de emprego/cargo em comissão, integre efetivamente o quadro permanente de funcionários da nominada empresa pública pública, na figura de candidato eleito como representante dos empregados no Conselho de Administração da TCB; e (ii) que se encaminhe o presente processo à unidade técnica competente para proceder à instrução do feito, autorizando, se necessárias, a realização de inspeção e diligências pertinentes.

II. OFÍCIO Nº 379/2021 – TCB/PRES (PEÇA 11), DE 22.06.2, E ANEXOS (PEÇAS 12-14)

13. A **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF**, por meio do **Ofício nº 379/2021 – TCB/PRES** (peça 11), de 22.06.21, e seus respectivos anexos (peças 12-14), por sua vez, carrou aos autos **sub examine**, em síntese, os seguintes apontamentos:

(a) parecer jurídico **interna corporis**, emitido pelo Chefe da Assessoria Jurídica – ASJUR/TCB, no bojo do Processo SEI nº 00095-00000008/2021-42, por ocasião da impugnação da candidatura do empregado público comissionado, **Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity**, refutando a referida impugnação, objeto do **Despacho – TCB/PRES/ASJUR (peça 14), de 18.06.21**, colacionando concomitantemente a vasta jurisprudência existente na justiça do trabalho que, em suma, sustenta que “ainda que contratados sob o regime celetista, os ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração, providos na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, não possuem garantias de permanência nem estão assistidos pela legislação trabalhista, de modo que não fazem jus ao pagamento de verbas rescisórias por ocasião da exoneração **ad nutum**”; e

³ Caso contrário, no entender do d. MPjTCDF, os cargos e empregos em comissão alcançariam, ainda que provisoriamente, a estabilidade, condição não amparada pela Magna Carta de 1988.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

(b) notícia sobre o ajuizamento da **Ação Civil Coletiva nº 0000422-09.2021.5.10.0010⁴**, pelo **Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal – SINDSER**, perante a **10ª Vara do Trabalho de Brasília-DF**, em face da **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF** e do empregado comissionado envolvido, **Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity**, com decisão liminar desfavorável ao **SINDSER**, bem como do **Mandado de Segurança TRT 10ª Região nº 0000411-10-2021.5.10.000⁵**, em face da decisão liminar retro, também com decisão liminar desfavorável ao **SINDSER** (portanto, ainda que exaradas em sede de cognição sumária, as decisões judiciais mostram-se favoráveis ao empregado público comissionado retro). Senão, vejamos ambas as decisões liminares supra⁶.

"DECISÃO

Tutela de Urgência

*Trata-se de Ação Trabalhista ajuizada por **SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL ("SINDSER")** em face de **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA.** e **CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MACGINITY** pleiteando, em sede de Tutela de Urgência de Natureza Antecipada, seja determinado que a empresa Ré se abstenha de inserir qualquer ocupante de cargo comissionado, que não seja empregado de carreira, na votação dos dias 31/05 a 02/06.*

Afirma, para tanto, que os empregados serão pressionados pela reclamada a votar no comissionado, pois assim terão maior facilidade de defender os seus interesses no Conselho.

Pois bem, o juiz poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida na petição inicial, desde que existam elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC). Além disso, não pode o provimento ter caráter irreversível (art. 300, § 3º, do CPC).

Da leitura da peça de ingresso não se extrai o preenchimento dos requisitos de concessão da tutela requerida, eis que não evidenciada a verossimilhança das alegações, que demandará dilação probatória. De uma análise preliminar dos termos do Edital apresentado não se verifica óbice à participação de empregado comissionado como candidato.

Ademais, se, como assevera o Autor, a categoria não se entende representada pelo empregado ocupante de cargo em comissão terá a oportunidade de, no momento da votação, escolher outro empregado de carreira.

Assim sendo, INDEFIRO a tutela de urgência requerida. De outro lado, Diante da manutenção da suspensão das audiências presenciais em razão da pandemia da COVID19, ADOTO o procedimento previsto no art. 6º do Ato nº 11/GCGJT. ***DETERMINO a notificação do réu, pelo sistema e-carta, para apresentar contestação no Processo Judicial Eletrônico (PJE), no prazo de 15 dias (CPC, art. 335), contados da data de recebimento da notificação (CLT, art. 774), com a prova documental que entender necessária, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (CPC, art. 344), estando dispensada a realização de audiência inaugural, facultado o oferecimento de propostas de conciliação ou requerimento de audiência telepresencial de conciliação, hipótese em que os autos serão remetidos ao CEJUSC, sem interrupção do fluxo do prazo para defesa.*** Havendo mais de um réu, mesmo com advogados distintos, o prazo para a defesa não será contado em dobro (CPC, art. 229, §2º), salvo para a Fazenda Pública e Defensoria Pública da União (CPC, arts. 183 e 186). CUMPRA-SE. Publique-se para ciência do(a) Autor.

BRASILIA/DF, 27 de maio de 2021.

RAQUEL GONCALVES MAYNARDE OLIVEIRA

Juíza do Trabalho Substituta" (grifos no original e acrescidos); e

⁴ Em consulta ao sítio eletrônico do TRT 10 Região realizada nesta data, ainda não se observa o trânsito em julgado dessa ação, embora exista sentença prolatada desfavorável ao SINDSER.

⁵ Transitado em julgado em 09.08.21.

⁶ Nas transcrições carreadas aos autos pela própria TCB, consoante objeto do **Despacho – TCB/PRES/ASJUR** (peça 14).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

"DECISÃO"

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL - SINDSER em face de decisão proferida pela juíza do trabalho substituta na MM. 10ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, na ação trabalhista nº 0000422-09.2021.5.10.0010, proposta em face de SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA. - TCB e CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MAC GINITY.

O impetrante noticia a existência de irregularidades nas eleições para composição do Conselho de Administração da TCB. Sustenta que, dentre outros requisitos estipulados em regulamento do sufrágio e em lei distrital, a escolha dos representantes dos empregados deve recair somente sobre aqueles que possuem vínculo efetivo com a empregadora. Desse modo, acena com a inviabilidade da candidatura de empregado ocupante de cargo em comissão.

Desse modo, narra, ingressou com a referida ação e nada obstante se encontrassem presentes os requisitos que autorizassem a concessão de tutela de urgência, a autoridade nominada coatora indeferiu o pleito formulado.

Afirma que a decisão alvejada é ilegal e, ante a plausibilidade do direito e a existência do perigo da demora, pugna pela concessão de liminar a fim de que se determine que a sociedade empresária se abstenha de autorizar a participação de empregado ocupante de cargo comissionado, que não seja de carreira, no referido escrutínio. Ao final, pede que seja declarada a impossibilidade de empregado detentor de cargo de livre nomeação, notadamente comissionado, ocupar o Conselho de Administração na cadeira destinada aos representantes dos empregados.

Este processo foi encaminhado ao gabinete da Presidência para decidir a medida urgente nele requerida, segundo a disposição do art. 106 do Regimento Interno, haja vista o Relator encontrar-se em regular fruição de férias (certidão, a fls. 135 - pdf).

De início, cumpre salientar que o impetrante não indicou, nem qualificou os litisconsortes passivos necessários, devendo ser ressaltado a exigibilidade de fazê-lo, segundo o disposto no art. 115, parágrafo único, do CPC e na Súmula n.º 631 do exc. Supremo Tribunal Federal, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, por inépcia da petição inicial.

Acerca da pretensão, impende registrar a lição de Manoel Antonio Teixeira Filho, de que 'será líquido e certo o direito que decorra de um fato inequívoco, cuja existência possa ser plenamente comprovada' (Mandado de segurança na Justiça do Trabalho. Individual e Coletivo. São Paulo: Ltr, 3ª ed. p. 139). Nessa quadra, configurada qualquer ilegalidade, o ato fica sujeito à impetração de mandado de segurança e, evidenciada a probabilidade do direito e o perigo da demora, resta ao magistrado conceder a tutela pretendida, de modo a reprimir o dano irreparável ou de difícil reparação.

Vale ressaltar que a suspensão liminar do ato impugnado, por meio de mandado de segurança, dá-se "quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia medida, caso seja finalmente deferida", nos termos do inc. III do art. 7.º da Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009. Para essa finalidade, a demonstração desses requisitos constitui encargo da parte impetrante. Não o fazendo, inevitável o indeferimento do pedido liminar.

Releve-se que a norma do caput do art. 300 do CPC estabelece que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil ao processo. Por outra banda, na modalidade de tutela provisória, a parte não busca a antecipação do mérito, mas somente o resguardo do direito que lhe assiste.

No caso concreto, assim como registra a decisão impugnada, a matéria impõe que se proceda à análise aprofundada, demandando, portanto, maior incursão probatória, sendo prudente, ademais, que seja oportunizada manifestação em sede de contraditório. Bem por isso, em cognição sumária, não se divisa que as considerações expostas pelo impetrante se fundam na plausibilidade jurídica do pedido, nem no perigo da demora. Nessa perspectiva, a pretensão encontra óbice na Súmula 415 do col. TST, sendo cediço, a teor desse verbete,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

ser 'inaplicável o art. 321 do CPC de 2015 (art. 284 do CPC de 1973) quando verificada, na petição inicial do 'mandamus', a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação.'

Ainda que assim não fosse, e mesmo que não caiba à Presidência empreender exame em profundidade da questão, na medida em que a análise do mérito se encontra vinculada ao Juízo Natural, divisa-se meridiana a consideração da dita autoridade coatora no sentido de que, 'se, como assevera o Autor, a categoria não se entende representada pelo empregado ocupante de cargo em comissão terá a oportunidade de, no momento da votação, escolher outro empregado de carreira'.

Em assim sendo, INDEFIRO A LIMINAR. Intimem-se. Publique-se.

Após, remetam-se os autos ao gabinete do Exmo. Desembargador Pedro Luís Vicentin Foltran.

Brasília-DF, 2 de Junho de 2021.

BRASILINO SANTOS RAMOS

Desembargador do Trabalho" (grifos no original e acrescidos)

III. ANÁLISE DA DILIGÊNCIA E CONCLUSÃO

14. Pois bem. Considerando a manifestação da empresa pública jurisdicionada, particularmente o **Despacho – TCB/PRES/ASJUR** (peça 14), de 18.06.21, ao ver deste corpo técnico, inexistente, ao menos no presente momento, robustez jurídica suficiente para elidir todas as questões levantadas pelo d. Ministério Público que atua junto a este Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, notadamente, quanto à impossibilidade de empregado nomeado para o exercício de emprego/cargo em comissão figure como representante dos empregados no Conselho de Administração da **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF**, independentemente desta atribuição afigurar-se ou não como uma eventual integração, ainda que temporária, do quadro permanente de funcionários da empresa pública distrital retro, até porque esta não se mostra como a única **questio sub examine**.

15. Entretanto, há de se reconhecer que, em consulta ao sítio eletrônico do **Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 10ª Região**, constata-se que, nas ações judiciais ora mencionadas em linhas volvidas, ambas promovidas pelo **Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal – SINDSER**, perante a **Vara do Trabalho de Brasília-DF**, em face da **TCB** e do **empregado comissionado envolvido, Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity**, as seguintes decisões judiciais, respectivamente, o que permite, em nosso ver, encerrar a **questio**, dada a jurisdição una ora presente no ordenamento jurídico pátrio. Senão, vejamos.

"SENTENÇA

I – RELATÓRIO

SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL ("SINDSER") ajuizou a presente Ação Civil Coletiva, com pedido de Tutela de Urgência de Natureza Antecipada, em face de **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA. – TCB** e **CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MAC GINITY** requerendo, em síntese, que seja declarada a impossibilidade de funcionário detentor de cargo de livre nomeação, notadamente comissionado, ocupar o Conselho de Administração na vaga destinada ao representante dos empregados. Requer, por fim, a isenção do Sindicato-Autor do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 18 da Lei de Ação Civil Pública e a condenação dos Réus ao pagamento de honorários advocatícios. Deu à causa o valor de R\$ 5.000,00.

(...)

III - DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, nos termos da fundamentação e de tudo o que nos autos consta, rejeitadas as preliminares de falta de interesse de agir e ilegitimidade ativa, no ad



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

*causam mérito, **JULGO IMPROCEDENTES** os pleitos formulados pelo SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL ("SINDSER") em face de SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA. – TCB e CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS CARNEIRO MAC GINITY. Custas pelo Autor fixadas em R\$ 100,00, calculadas sobre R\$ 5.000,00, valor atribuído à causa, dispensadas. Inclua-se o feito na pauta de julgamentos de hoje. Publique-se no DEJT para ciência das partes.*

BRASILIA/DF, 18 de agosto de 2021.

RAQUEL GONCALVES MAYNARDE OLIVEIRA

***Juíza do Trabalho Substituta**" (grifos no original e acrescidos); e*

"DECISÃO

O Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia do Distrito Federal (SINDSER) impetrou a presente ação pretendendo revogar a decisão proferida na ação trabalhista nº 0000422-09.2021.5.10.0010 que indeferiu tutela de urgência com a finalidade de determinação de que a empresa se abstenha de inserir qualquer ocupante de cargo comissionado, que não seja empregado de carreira, na votação dos dias 31/05 a 02/06 e, no mérito, 'requer que, pelo menos até o trânsito em julgado do processo originário, declare a impossibilidade de funcionário detentor de cargo de livre nomeação, notadamente comissionado, ocupar o Conselho de Administração no cargo destinado aos representantes dos empregados.' (fl. 15)

(...)

Dessa maneira, com a consumação das eleições não mais subsiste o interesse em restringir o processo eleitoral com o julgamento deste mandado de segurança.

Também quanto ao perigo da demora não prospera o pleito, porque, eventual declaração de nulidade no processo principal do pleito recolocará as coisas no estado anterior com a reabertura do processo eleitoral, se for o caso.

Assim, em razão da pretensão deduzida em juízo encontrar-se já consumada, denego a ordem, extinguindo o presente mandado de segurança, sem nos termos dos arts. resolução do mérito, em face da perda de objeto, 6º, §5º, e 10 da Lei 12.016/09 c/c o art. 485, I, do CPC.

Custas pelo impetrante no importe de R\$ 100,00 calculadas sobre R\$ 5.000,00, valor atribuído à causa e aproveitado para esta finalidade.

Intimem-se o impetrante e os litisconsortes necessários.

Dê-se ciência da presente decisão à MM. 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

Decorrido o prazo recursal, pagas e comprovadas as custas, arquivem-se eletronicamente os autos.eq1

Brasília-DF, 26 de julho de 2021.

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN

Desembargador do Trabalho

DESPACHO

Vistos etc.

Concedo a parte demandante o prazo de 10 (dez) dias para comprovar o recolhimento das custas processuais devidas, no importe de R\$ 100,00, devendo utilizar a guia GRU, no código 187402, disponibilizada no seguinte link:

<http://www.trt10.jus.br/servicos/guias/?pagina=gru/principal.html&idTRT10M=97>

***Comprovada a quitação das custas arquivem-se os autos.** Caso contrário, decorrido o prazo supra, retornem-se os autos conclusos. Cumpra-se. Publique-se.*

Brasília-DF, 18 de agosto de 2021.

PEDRO LUÍS VICENTIN FOLTRAN

***Desembargador do Trabalho**" (grifos no original e acrescidos)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

16. Dessarte, considerando que a **Ação Trabalhista – Rito Sumaríssimo nº 0000422-09.2021.5.10.0010⁷** e o **MSCiv nº 0000411-10.2021.5.10.0000** (MS transitado em julgado em 09.08.21), ambos de autoria do **Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal – SINDSER**, em face da **Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF** e do **empregado comissionado envolvido, Sr. Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity**, já tiveram o seu regular e legal deslinde no **Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 10ª Região**, com decisões judiciais (que, em qualquer, deverão ser cumpridas pela TCB) desfavoráveis ao **SINDSER** (portanto, favoráveis ao empregado público comissionado retro), como conclusão lógico-natural do feito **sub examine**, outra não pode ser a recomendação deste corpo técnico senão opinar pela perda de objeto da Representação nº 5/2021 – G1P/DA (peça 1), com o respectivo arquivamento dos presentes autos, dispensando-se, no momento, quaisquer medidas adicionais a serem adotadas pelos jurisdicionados envolvidos.

17. Ante o exposto, sugere-se ao Plenário:

I. tomar conhecimento do:

(a) Ofício nº 379/2021 – TCB/PRES (peça 11), de 22.06.21, e seus respectivos anexos (peças 12-14), encaminhado pela empresa pública distrital Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF; e

(b) da Ação Trabalhista nº 0000422-09.2021.5.10.0010 (ainda sem trânsito em julgado) e do regular e legal deslinde do MSCiv nº 0000411-10.2021.5.10.0000 (MS com trânsito em julgado em 09.08.21), no Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 10ª Região, ambos os processos de autoria do Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal – SINDSER, em face da TCB e do empregado público Carlos André dos Santos Carneiro Mac Ginity, com decisões judiciais desfavoráveis ao SINDSER;

II. deliberar pela perda do objeto da representação em exame, tendo em conta as ações judiciais retro, à luz do princípio da jurisdição uma;

III. dar ciência da decisão que vier a ser proferida por este Tribunal ao d. Ministério Público que atua junto a este Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, signatário da Representação nº 5/2021 – G1P/DA (peça 1), bem como à empresa pública distrital Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB-DF;

IV. autorizar o retorno dos autos **sub examine** à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF, para fins de arquivamento.

À superior consideração.

Brasília, 9 de setembro de 2021.

ANDRÉ MAGALHÃES PEREIRA

Auditor de Controle Externo

Matrícula nº 1.544-9

ASSINADO ELETRONICAMENTE

⁷ Em consulta ao sítio eletrônico do TRT 10 Região realizada nesta data, ainda não se observa o trânsito em julgado dessa ação, embora exista sentença prolatada desfavorável ao SINDSER.